A folha impressa nº 0

PDF [1]

a folha

onde o povo é quem mais ordena



um jornal polimórfico ~ número zero ~ 15 de Setembro 2012 ~ edição experimental ~ afolha.pt



Editorial

SOMOS TODOS JORNALISTAS

Este jornal não é neutro!

Saímos hoje à rua, contra a troika e contra todas políticas de austeridade, e para apoiar os movimentos sociais e de trabalhadores e lhes dar voz.

Não fazemos de conta que não pertencemos a este mundo, que não temos nada a ver com interesses sociais, como se fôssemos deus nos céus. Sabemos que temos de escolher um campo logo à partida – como, de resto, fazem *todos* os órgãos de informação. O nosso campo é o dos trabalhadores e dos cidadãos.

O que é para nós uma notícia?

São notícia as acções, reuniões, métodos de trabalho e experiências organizativas dos trabalhadores; são notícia as suas lutas e reivindicações. São notícia os actos políticos concretos que afectem a vida e o futuro dos cidadãos.

Onde vamos buscar os conteúdos informativos?

A maioria dos jornais vai buscar as notícias às agências noticiosas (ao serviço de grupos económicos), ou a contactos partidários e governamentais, ou às administrações das empresas. O nosso jornal vai buscar as notícias directamente à fonte dos movimentos sociais: comissões de trabalhadores, comissões de bairro, sindicatos, movimentos cívicos.

Como chegam as notícias aos nossos leitores?

Primeiro, através da página electrónica afolha.pt. Depois, através de edições prontas a descarregar do nosso *site* e imprimir. O nosso público-alvo não só tem uma responsabilidade na criação de notícias, mas também é responsável pela sua impressão e distribuição.

Junta-te a nós!

Vamos fazer a folha àqueles que desinformam, exploram e oprimem 99% da população! Colabora connosco enviando notícias ou apontamentos. Junta-te à nossa equipa se tens tempo livre.

BREVEMENTE ON-LINE EM AFOLHA.PT

Trabalhadores da RTP fazem vigília frente à residência oficial de Passos Coelho

Os trabalhadores da RTP vão promover na segunda-feira, dia 17 de Setembro, uma vigília em frente à residência oficial do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, em protesto contra as «intenções do Governo» para o futuro da empresa.

Em nota divulgada às redacções, e resultante de um plenário decorrido na sede da empresa em Lisboa e nas delegações do Porto, Madeira e Açores, os sindicatos que representam os trabalhadores da RTP dizem que a vigília, a decorrer pelas 19:30, será feita «em defesa do serviço público de rádio e de televisão», num momento em que se discutem os cenários em torno da privatização ou concessão a privados da empresa.

Os trabalhadores concordaram ainda em «deslocar-se com os dirigentes sindicais» à Presidência da República na sexta-feira à tarde para entregar a Cavaco Silva uma moção proposta pelos sindicatos aos trabalhadores e aprovada recentemente, visando também a defesa do serviço público de comunicação.

A nomeação na semana passada de um novo conselho de administração da RTP, com Alberto da Ponte à cabeça, «não altera o problema de fundo com que os trabalhadores estão confrontados, uma vez que o Governo continua empenhado em desmembrar e privatizar a RTP com as inevitáveis consequências daí decorrentes», apontam os quadros da empresa.

A «destruição de postos de trabalho» e a «liquidação do serviço público de rádio e de televisão» estão entre as preocupações cimeiras dos trabalhadores.

O comunicado de dia 12/Set diz ainda que foi decidido pelos trabalhadores participar «nas acções de luta que as centrais sindicais venham a promover em protesto contra as medidas de austeridade que o Governo pretende impor aos trabalhadores, reformados e pensionistas».



Em luta pelo direito à habitação

A Câmara Municipal da Amadora iniciou em 26 e 27 de Julho o despejo compulsório dos moradores do Bairro de Santa Filomena, na Amadora, sem lhes dar quaisquer alternativas de realojamento.

Apesar da queixa feita às Nações Unidas por «abuso de direitos humanos» e das providências cautelares interpostas, a Câmara decidiu avançar com a demolição. Estão em risco de ficar sem habitação 280 pessoas, das quais 104 são crianças. Nesses dois dias 7 habitações foram demolidas e ficaram sem tecto 7 agregados familiares, incluindo crianças e doentes.

Começaram por cortar a água e a luz, provocando a saída dos moradores das suas casas. A polícia, que entretanto cercara o espaço, garantiu o início das demolições perante a impotência e o sentimento de revolta dos habitantes.

Rita Silva, membro do Habita (Colectivo pelo Direito à Habitação e à Cidade), que tem lutado contra a demolição do Bairro de Santa Filomena, dá um exemplo: «O Avelino descontou 20 anos, está doente e tem vivido com a ajuda do Banco Alimentar. As senhoras da Segurança Social dizem-lhe para, quando ele receber o cheque do RSI de 189 euros, ir ter com elas, para encontrarem uma casa no mercado de arrendamento. Que casa vai ele encontrar se só tem 189 euros para viver?» A solução, adianta Rita Silva, não está no recém-criado mercado social de arrendamento: numa pesquisa, a casa mais barata que encontrou na Amadora custava 350 euros.

O recenseamento que serve de base ao Programa Especial de Realojamento (PER) foi feito há 20 anos e muitas das pessoas que agora vivem em Santa Filomena ainda não residiam no bairro em 1993 ou ainda não tinham nascido. Por não estarem incluídas nesse levantamento, a Câmara da Amadora, presidida por Joaquim Raposo e de maioria PS, alega que não têm agora direito a ser realojadas.

«Estas pessoas vivem com muito pouco dinheiro. O que farão sem uma casa? Viver de favor? Construir uma nova barraca?», pergunta Rita Silva.

Mais informação em: www.habita.info. LA

Associação ComuniDária apoia empregadas domésticas

Somos todas empregadas domésticas – é o *slogan* da Associação ComuniDária, uma organização sem fins lucrativos, sediada em Lisboa e fundada por imigrantes e não imigrantes.



A ComuniDária possui um público-alvo específico: as mulheres imigrantes. E porquê? «A mulher passou a representar a maioria no perfil imigrante de algumas nacionalidades, como o Brasil e alguns países africanos mas, em conjunto com a feminização da imigração, existe também a feminização da pobreza», esclarece Magdala de Gusmão.

Estas mulheres pertencem a um dos grupos mais atingidos pela actual recessão económica, encontrando-se frequentemente desprotegidas e sujeitas a vários abusos.

O objectivo essencial das acções da ComuniDária é dar a conhecer às mulheres trabalhadoras os seus direitos e deveres, prevenir conflitos e abusos, e promover a dignificação do sector doméstico em Portugal. Visite: www.comunidaria.org . LA



Alemanha abre caminho a ameaça do MEE e Pacto Fiscal Europeu

O Tribunal Constitucional da Alemanha aprovou em 12/09/2012 o novo MEE – Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM em inglês) – e o Tratado Orçamental. Este mecanismo é uma perigosa ameaça que impende sobre todos os países da Europa, em particular sobre aqueles que já estão com a corda na garganta.

Os mecanismos de governação na União Europeia formam uma filigrana kafkiana difícil de destrinçar. O resultado desta teia é que o cidadão europeu vê-se afastado da intervenção cívica e dos centros de poder.

O MEE é, à primeira vista, um fundo de assistência financeira aos Estados-membros da Zona Euro; actua de forma coordenada com o Conselho Europeu e o FMI; em conjunto com o Conselho Europeu tem poderes políticos superiores aos poderes dos órgãos soberanos de cada Estado-membro.

Os Estados-membros têm quotas no fundo financeiro do MEE. A proporção dessas quotas determina o peso de cada país nas decisões do MEE – logo, os países mais ricos têm um maior poder sobre as soluções adoptadas para resolver a crise da dívida dos países mais pobres e determinar as suas soluções macroeconómicas e estruturais. Estas decisões são tomadas por maioria simples (50% dos votos); para obter uma maioria simples bastam três países dominantes: Alemanha, França, Holanda.

Os directores executivos do MEE podem a qualquer instante exigir dos Estados-membros um aumento das suas quotas no prazo de 7 dias. Se esta solicitação não for satisfeita no prazo previsto, o Estado-membro em questão sofre sanções, incluindo perdas de soberania.

Os corpos administrativos e executivos, bem como o pessoal ao serviço do MEE, são inimputáveis – situam-se acima da lei e dos tribunais – e beneficiam de um estatuto fiscal especial, decidido por eles próprios.

O CADPP – Comité para a Anulação da Dívida Pública Portuguesa – elaborou um dossier com a análise detalhada dos principais aspectos e consequências do Tratado do MEE.

Leia mais em: cadpp.org/MEE. LA

Face aos protestos da PSP e da GNR, Ministro da Administração interna promete actualizar ordenados

Três dias depois de representantes sindicais da PSP e GNR terem admitido sair à rua em protesto, acusando o ministro da Administração Interna de não fomentar o diálogo com as polícias, Miguel Macedo respondeu anteontem que pretende manter os níveis de «estabilidade e confiança» com as forças de segurança. Isto porque as associações das forças armadas e forças de segurança ameaçaram sair à rua em protesto contra as novas medidas de austeridade.

Já há um ano, o presidente da Associação Nacional de Sargentos (ANS) das Forças Armadas (FA) deixava um aviso ao governo: «Que ninguém ouse pensar que as Forças Armadas poderão ser usadas na repressão à convulsão social que estas medidas poderão provocar», avisou António Lima Coelho.

Um ano depois, o presidente da ANS garante que mantém a mesma posição. «Infelizmente, as declarações que fiz na altura mantêm-se actuais. A única diferença é que hoje a situação é ainda mais grave», considera. «Assistimos, hoje, ao que seria impensável numa democracia: o desrespeito pela Constituição», diz o presidente da ANS. O coronel Manuel Cracel da Associação de Oficiais das Forças Armadas concorda e acrescenta que se os portugueses saírem à rua os militares não exercerão «qualquer tipo de repressão». «A obrigação das Forças Armadas é estar do lado da população, a quem juraram defender.» LA



Vigília pela escola pública

No dia 17 de Setembro, primeiro dia de aulas em todo o país: TODOS À RUA! Vamos fazer ouvir a nossa indignação em defesa da Escola Pública. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Faro, 21.00 horas. vigília com plenário para aprovar um Acções de Resistência para «parar com a destruição da escola e a extinção dos professores». LA



Plenário do Movimento Sem Emprego

«Vivemos sem perspectivas de melhores tempos e não aceitamos essa inevitabilidade. PS/PSD/CDS levaram o país ao fundo e mostraram-nos que não são capazes. Juntos – os trabalhadores no activo e os desempregados (1.339.511) – somos o país. Os 99% dos sacrificados. Chega! Podemo-nos governar a nós próprios! Criemos comités de trabalhadores e de desempregados. Queremos voltar a ter esperança e por isso os tempos são de luta.»

As condições do mercado de trabalho nos últimos anos transformaram o MSE (Movimento Sem Emprego) e os PI (Precários Inflexíveis, ver outro artigo nesta edição) nos representantes da larga maioria dos trabalhadores portugueses.



QUE SE **LIXE** A TROIKA
QUE SE **LIXEM**
OS GOVERNOS DO DESEMPREGO

NÃO NOS RENDEREMOS!

VEM SABER MAIS SOBRE O MSE
JUNTO À NOSSA FAIXA NA PRAÇA DE ESPANHA

PLENÁRIO **20 DE SETEMBRO** 18:30
PARQUE POLIVALENTE DE SANTA CATARINA
CALÇADA DO COMBRO nº82A

Unidos pelo Direito ao Trabalho e à Dignidade!

O MSE promove reuniões regulares de desempregados em diversas cidades do país e tem desenvolvido diversos tipos de acções (consultar www.movimento sememprego.info).

Ao convocarem *flashmobs* à porta dos centros de emprego, onde distribuiram panfletos sobre a situação dos desempregados, viram-se confrontados com a polícia; alguns dos activistas do Movimento estão neste momento a braços com processos em tribunal por terem... entrado nos centros de emprego! Fica assim provado que os poderes têm consciência de que, ao criarem um gigantesco exército de reserva de mão-de-obra, criaram também um exército potencialmente mortal para as políticas de governação. Esse potencial depende apenas da vontade dos desempregados se organizarem para o combate a essas políticas. RVP



Festival Do Porto ou Fora Do Porto?

«Aqui não se pode realizar este festival». Pela segunda vez, o festival FDP é alvo de censura. Depois de ter sido obrigado a mudar do local inicialmente previsto (o campo de jogos da associação ARCA, em Valongo), o festival estava novamente lançado com o apoio da Casa do Povo de Recarei. Mas os tentáculos do poder de Rui Rio, presidente da Câmara Municipal do Porto, estendem-se por todos os lados... No passado dia 7, a Câmara Municipal de Paredes informou que não passaria a licença de ruído, sem sequer dar justificações para tal. O festival FDP, a realizar-se entre 21 e 23 de Setembro, será um fim-de-semana com música, teatro, artesanato, gastronomia, cinema e conversas, que quer apoiar quem luta por alterações profundas no modelo de organização humana, que recusa o medo e que dá combate à repressão, seja ela em forma de ataque policial ou de censura. Por isso mesmo, o FDP ganha mais força e importância e «nenhuma censura o poderá abafar».

Depois disto, é óbvio que o festival FDP vai mesmo realizar-se. Os organizadores solicitam a solidariedade de toda a gente, oferecendo espaços onde se possa realizar. Desta vez, sem a necessidade de serem ao ar livre, mas com a condição de serem dentro da cidade do Porto. «Porque, se é daqui que sai a voz censória, é aqui que, agora, queremos fazer ouvir o nosso grito de liberdade». Brevemente será anunciado novo local. LA

Envia-nos notas, comunicados, *links*, folhas informativas, páginas de Internet sobre a actividade do teu movimento social

Secção: notícia [2]
folha impressa [3]

Source URL:https://www.afolha.pt/node/27

Links
[1] https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.2&thid=139d5287339a2288&mt=application/pdf&url=https://mail.google.com/mail/u/0/?ui%3D2%26ik%3De21d6dbf98%26view%3Datt%26th%3D139d5287339a2288%26a [2] https://www.afolha.pt/taxonomy/term/2 [3] https://www.afolha.pt/etiquetas/folha